

ARTIGOS ARTIGOS

ARTICLES ARTICLES



ÉTICA CRISTÃ, EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL EM MARTINHO LUTERO E JOÃO CALVINO – PARTE I

CHRISTIAN ETHICS, EDUCATION, AND SOCIAL RESPONSIBILITY ACCORDING TO MARTIN LUTHER AND JOHN CALVIN – PART I

Antônio Maspoli de Araújo Gomes

Teólogo e psicólogo. Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pós-doutor em História das Ideias pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Membro do Laboratório de Psicologia Social – Estudos da Religião da USP. Professor titular da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: maspolipeixe@yahoo.com.br

RESUMO

A Reforma Protestante do século XVI representou uma contribuição significativa nos campos da teologia, da ética e da educação. Neste artigo, o autor apresenta alguns aspectos do pensamento de Martinho Lutero e João Calvino sobre esses temas. Esta pesquisa conclui que tanto Lutero quanto Calvino partiram do pressuposto do mandamento cristão do amor ao próximo para construir uma ética de responsabilidade social na educação. Esta primeira parte trata das implicações da ética para a responsabilidade social na educação, em Martinho Lutero.

PALAVRAS-CHAVE

Martinho Lutero; João Calvino; Ética protestante; Educação; Sociologia da religião.

ABSTRACT

The 16th century Protestant Reformation brought up a relevant contribution to theology, ethics, and education. This article approaches the thought of Martin Luther and John Calvin concerning these matters. The conclusion is that both Luther and Calvin built an ethics of social responsibility in education on the Christian commandment of “loving our neighbor as our-

selves”. This first part reflects about what ethics and social responsibility imply to education, according to Martin Luther.

KEYWORDS

Martin Luther; John Calvin; Protestant ethics; Education; Sociology of religion.

1. INTRODUÇÃO

A ética geralmente é chamada, quando se encontra ausente do cenário social, político, religioso ou comportamental em questão. E, exatamente por sua ausência, no século XXI, a ética tornou-se celebridade e foi chamada ao debate. Temas como responsabilidade ecológica, responsabilidade política, responsabilidade social e outros assumiram a primeira página dos grandes jornais do país.

Na busca para atender a essa demanda pela ética, institutos foram criando Organizações Não Governamentais (GOMES, 1995), à semelhança do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Essa é uma organização sem fins lucrativos, enquadrada, por ser entidade institucional, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável¹.

Mais recentemente, esse debate sobre ética e responsabilidade social voltou seu olhar para a educação em todos os níveis. Um projeto educacional consistente, seja na iniciativa pública, seja na esfera privada, carece de responsabilidade social com ética. A ética na educação deve envolver todos os sujeitos constituintes da sociedade, e não somente os envolvidos no processo educacional. Assim, pais, alunos, professores, gestores, igreja, Estado e agentes da sociedade civil organizada

¹ Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/31/o_instituto_ethos/o_instituto.aspx>. Acesso em: 4 out. 2010.

devem participar da construção de um projeto educacional com ética e responsabilidade social.

Este artigo busca elencar as contribuições de Martinho Lutero e João Calvino sobre os fundamentos histórico-teológicos da responsabilidade social na educação. Nesta primeira parte será feita uma leitura das contribuições de Martinho Lutero sobre o tema.

2. PROTESTANTISMO E EDUCAÇÃO

A educação está intimamente relacionada ao protestantismo, e este, à ideia de progresso. “Sim, porque os protestantes sempre viram na sua religião a razão do seu progresso” (ALVES, 1982, p. 60). No entanto, mais do que vinculada à ideia de desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, a educação, no protestantismo, é fruto mesmo de sua cosmovisão e da necessidade de transformá-la em valores, ideologias e normas que se reflitam na ética e na moral dos povos evangelizados.

A preocupação com a educação estava ligada a tudo, pois o espaço educacional oferecia as condições favoráveis para formar certos comportamentos e determinar certos padrões morais e éticos etc., e até causar rupturas sociais, históricas e pedagógicas. O protestantismo de missões, com sua proposta educacional diferenciada, está ligado a esse contexto, em que ela obedece a um método objetivo (CAMPOS, 1991, p. 71).

O cristianismo é uma religião que se pode classificar como fundamentada em uma revelação especial, a religião do Livro. No entanto, na Idade Média, o cristianismo se transformou paulatinamente em uma religião de contos, histórias e fábulas, contadas pela tradição oral, geralmente calcada na tradição da Igreja. Contra esse afastamento da revelação especial, a palavra de Deus, o Antigo e o Novo Testamento, o protestantismo radicalizou. Insurgiu-se e fundou uma variante do cristianismo, totalmente embasada na tradição escrita contida nos Livros do Antigo e do Novo Testamento.

As implicações para uma ética de responsabilidade social na educação, a partir desse modo particular de conceber a religião, são imensas (CAVALCANTI, 1988, p. 138).

Educar, no sentido estrito de alfabetizar, ensinar a ler e a escrever e no sentido lato de preparar para o exercício pleno

da cidadania no seio de uma comunidade, torna-se um imperativo. O protestante deve ser educado primeiro para compreender o texto sagrado e, depois, para exercer sua fé no contexto da caminhada de Deus com seu povo.

Cita-se, como exemplo, o Brasil, ainda hoje um país profundamente marcado pelo descaso com a educação, em que o número de analfabetos é sempre maior do que a vontade política para erradicá-lo; são inúmeros os relatos de evangélicos de todas as denominações que aprenderam a ler pelo esforço que se faz necessário no culto protestante para acompanhar a leitura da Bíblia, seguindo até hoje a tradição da Igreja Neotestamentária de Bereia:

E logo os irmãos enviaram de noite Paulo e Silas a Beréia; e eles, chegando lá, foram à sinagoga dos judeus. Ora, estes foram mais nobres do que os que estavam em Tessalônica, porque de bom grado receberam a palavra, examinando cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim. De sorte que creram muitos deles, e também mulheres gregas da classe nobre, e não poucos homens (Atos dos Apóstolos 17:10-12; grafia original).

Até a Reforma Protestante, não havia na Europa um sistema de educação à semelhança do que se conhece nos dias de hoje. A educação era privilégio de alguns clérigos e outros tantos nobres. Os pobres não sabiam ler nem escrever, excluídos do processo educacional em vigor. A proposta de uma educação universal para todos nasceu com a necessidade missionária da Reforma Protestante, no século XVI, logo acompanhada pelo furor missionário da Companhia de Jesus com a Contrarreforma Católica, especialmente pelos seguidores de santo Inácio de Loyola.

Uma escola ao lado de cada igreja e a obrigação, dos pais, de sustentarem a educação de seus filhos também são decorrências do pensamento de Lutero e Calvino, do que se infere que, para esses reformadores, a educação protestante devia ser oferecida pela Igreja local, pela comunidade. Tanto Lutero quanto Calvino deixaram claro que a educação era responsabilidade dos pais e que não educar os filhos constituía pecado grave perante Deus e a Igreja.

Tal como acontecera nos países protestantes da Europa, os puritanos que fundaram os Estados Unidos da América

logo compreenderam a posição proeminente que a educação tem na construção de uma nação. Um exemplo é o Estado de Massachusetts (GOMES, 2000).

A legislação escolar de Massachusetts (*Massachusetts Laws*) era complexa e bem elaborada. Paralelamente ao ensino superior, a Nova Inglaterra atendeu o desenvolvimento das escolas comuns. Logo se percebeu, com efeito, a necessidade de se completar a obra da iniciativa privada com a intervenção das autoridades públicas. Para isso, decretou-se a primeira lei educativa norte-americana, a de 1642, que também foi a primeira em língua inglesa que exigia a instrução de todas as crianças. A referida lei também foi importante por outros conceitos que estabeleceu, como o de que o programa de estudos incluísse o conhecimento das leis do país (LARROYO, 1982).

Outra atitude importante foi a do general Coust, em 1647, quando promulgou uma nova lei que exigia da comunidade o estabelecimento de escolas.

Ordena-se, dizia a lei, que cada cidade, em sua jurisdição, conforme o Senhor a aumente até o número de cinqüenta habitantes, nomeará um deles para ensinar a ler e a escrever a todas as crianças que a ele acorram; e será pago ou pelos pais ou pelos patrões de tais crianças, ou pelos habitantes em geral, a título de subvenção, segundo ordene a prudência da maioria dos cidadãos; que os que enviem seus filhos não sejam obrigados a pagar mais do que se costuma em outras cidades; e se ordene, também, que, quando uma cidade aumente seu número até uma centena de famílias ou habitantes, serão enviados a uma escola de gramática com um mestre que seja capaz de instruir a juventude até capacitá-la para seu ingresso na Universidade; deste modo, se uma cidade se esquecer de seus deveres daqui a um ano, pagará cinco libras à escola próxima, até que cumpra esta ordem (LARROYO, 1982, p. 466-467; grafia original).

Não se deve considerar apenas a variável religiosa como fator determinante da educação dos povos, pois fatores econômicos, políticos e mesmo climáticos podem interferir nessa questão; mas também não se pode desconsiderar a religião como importante modelador social do comportamento humano. Larroyo (1982, p. 467), analisando o impacto dessa lei sobre a educação naquela colônia, conclui que:

Como pano de fundo, a recente legislação estava inspirada numa série de princípios (uns antigos, outros recentes), em relação fundamental ao desenvolvimento das colônias: a educação de todos era pressuposto do bem-estar da nação; os pais de família tinham obrigação de educar seus filhos, e o Governo de fazer cumprir este mandato, embora isto pudesse ser feito, mediante fundos públicos e sob a vigilância do próprio Governo.

3. ÉTICA, EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL EM MARTINHO LUTERO

A influência da Reforma do século XVI sobre a educação é inegável. Esse movimento religioso foi um dos pilares da ascensão de uma cultura escrita em função de importantes fatores. A igreja reformada definiu a religião a partir de uma relação íntima e pessoal com Deus, e essa comunhão com o sagrado acontece por meio do contato do cristão com os textos da Bíblia, pela oração e pela comunhão entre os fiéis (ANDERSON et al., 1953).

Lutero mesmo empenhou sua vida na tradução da Bíblia para a língua alemã, a fim de colocar a Bíblia nas mãos do povo. Pouco ou nada adiantava colocar a Bíblia nas mãos de um povo analfabeto, mesmo com a vulgarização dos textos escritos pela invenção da imprensa (BRENTANO, 1968; LESSA, 1956).

A evangelização dos povos, imperativo da igreja reformada, não seria levada adiante sem uma estratégia de alfabetização dos leigos e educação refinada do clero. A meta reformada de abrir uma escola ao lado de cada igreja é por demais conhecida, mesmo pelos historiadores católicos, para ser comentada neste texto. Dessa forma, pode-se afirmar que a Reforma Protestante foi pioneira na popularização do ensino e abertura de escolas populares, desde seus primórdios (GOMES, 2000).

A Reforma desencadeou-se num contexto Humanista e Renascentista, tendo alguns pontos em comum; como por exemplo, a ênfase do humanismo no retorno às fontes primárias,

aos clássicos, fez os humanistas cristãos despertarem para o estudo dos originais da Bíblia, o que ocasionou uma ênfase mais firme na hermenêutica e na exegese. As diferenças existentes entre os princípios do Novo Testamento e a religião romana foram-se tornando cada vez mais evidentes (CAIRNS, 1984, p. 223). O Renascimento consistiu em uma volta, com olhar humanista, aos clássicos. Todos os clássicos foram revisitados: nas artes, na filosofia e na religião de tradição judaico-cristã etc. Já a Reforma Protestante voltou-se para o estudo dos clássicos do cristianismo: ressuscitou os textos paulinos e os pais da Igreja, especialmente Santo Agostinho.

A Reforma Protestante foi um movimento eminentemente religioso, pelo menos em sua origem (BIÉLER, 1990, p. 47-48); serviu para escoar a insatisfação espiritual daqueles segmentos sociais que já não encontravam, na Igreja Católica Apostólica Romana, os elementos de atração simbólica necessários para a manifestação de sua fé e nem alimento para suas necessidades espirituais. As insatisfações não visavam a criar uma nova Igreja, mas sim a tornar a existente mais bíblica, mais piedosa. Portanto, a Reforma deve ser vista não como um movimento externo, mas, sim, como um movimento interno por parte de católicos piedosos (LEONARD, 1981, p. 27-28), que desejavam reformar sua igreja, revitalizando-a, transformando-a na verdadeira igreja dos fiéis (McGRATH, 1993, p. 4).

A despeito da importância do humanismo como uma preparação para a Reforma, a maioria dos humanistas, e principalmente Erasmo entre eles, nunca alcançou nem a gravidade da condição humana, nem o triunfo da graça divina, o que marcou os reformadores. O Humanismo, assim como o Misticismo, foi parte da estrutura que possibilitou aos reformadores questionar certas suposições da tradição recebida, mas que em si mesma não era suficiente para fornecer uma resposta duradoura às obsessivas perguntas da época (GEORGE, 1994, p. 50).

A Reforma influenciou profundamente a ética, as artes, a indústria, o advento do capitalismo, a política e, especialmente, a educação. A partir dos pressupostos humanistas, coube aos reformadores questionar a fé e todo o edifício jurídico sobre o qual repousavam os alicerces das instituições medievais. Sob o prisma teológico, um dos serviços prestados pelos

humanistas do século XVI, à causa da busca da verdade, foi o de levantar dúvidas quanto à legitimidade do argumento da autoridade humana, sobre a qual a fé, a Igreja e a teologia pensavam poder apoiar-se. A Reforma começava o longo processo de demolição do escolasticismo, sob o qual repousava o pensamento medieval e especialmente a teologia da Igreja Cristã (BIÉLER, 1990).

Analisando o impacto da Reforma sobre a educação, destaca-se a obra de Lutero, que lançou as bases da moderna escola pública e do ensino obrigatório; e, para isso, sua tradução das Escrituras foi fundamental, como disse Giles (1987, p. 119): “Pode-se afirmar que a Bíblia de setembro de 1522 é um fato de repercussões incalculáveis na História Religiosa dos Estados Germânicos, e também serve de base para todo um processo de alfabetização”. A Reforma, diz Luzuriaga (1977, p. 108-109), “organiza a educação pública não apenas no grau médio, ampliando a ação dos colégios humanistas da Renascença, mas também com a escola primária pública”, e isso pela primeira vez, ainda segundo Luzuriaga (1977).

Abbagnano e Visalberghi (1990, p. 235) fazem a seguinte observação:

Também no aspecto pedagógico teve a Reforma protestante uma importância decisiva, entre outras razões porque com ela se delineia pela primeira vez, em termos concretos, o problema da instrução universal, volta necessária pela exigência de que todo cristão deve estar em condições de ler as Sagradas Escrituras.

A antropologia de Lutero parte da concepção protestante da criação do homem como imagem de Deus (Gênesis 2: 27). Essa imagem, concebida em sentido moral e espiritual, seria o reflexo dos atributos de Deus no homem. A partir da queda, quando o homem se torna conhecedor do bem e do mal (Gênesis 3), a natureza humana experimenta o pecado; em pecado, está corrompida e precisa ser redimida pela graça de Deus em Cristo Jesus. A educação assume em Lutero um papel espiritual, já que visa a preparar o homem para conhecer a salvação em Cristo Jesus e para servir a Deus no mundo. O professor deve ensinar sobre o conhecimento de Deus em Cristo

Jesus, a fim de formar o cidadão capaz de viver a obra de Deus no mundo (LUTERO, 1995a, p. 326-364).

Lutero afirma a autoridade máxima da Escritura Sagrada em matéria de fé e vida. A Escritura passa a ser considerada a única regra de fé e prática. No entanto, a Bíblia deve ser lida e interpretada a partir da doutrina do livre exame. É o princípio, seguido pelos reformadores, que assegura a cada leitor do texto bíblico a autoridade e a liberdade interpretativa do referido texto. Com isso, a salvação espiritual não é mais responsabilidade da instituição igreja, mas da condição pessoal do indivíduo diante de Deus.

Para ter certeza de sua condição diante de Deus, a leitura do texto bíblico tornou-se uma obrigação. Portanto, a tradução do texto bíblico tornou-se necessidade para o cristão do século XVI; também, tornou-se necessário preparar o povo para que pudesse ler o texto. Lutero e seus colaboradores não só criaram uma nova língua como também proporcionaram condições para que o povo pudesse ter acesso a este novo código lingüístico. Escolas para ensinar o vernáculo foram criadas e disciplinas como leitura, escrita, aritmética e religião se tornaram o currículo básico (PRUNZER, 2011, p. 2; grafia original).

A preocupação de Lutero com a educação perpassa sua obra e aparece com toda a clareza em seus escritos mais importantes: de 1520, “À nobreza cristã da nação alemão a respeito da reforma do Estado cristão”; de 1524, “Aos conselhos de todas as cidades na Alemanha para que estabeleçam e mantenham escolas cristãs” (LUTERO, 1995b, p. 297-301); de 1530, “Um prédica para que mandem os filhos à escola”; e o próprio “Catecismo Menor”, de 1529 (LUTERO, 1995a, p. 326-364).

Não é objeto desta pesquisa o pensamento teológico de Martinho Lutero sintetizado em suas Noventa e Cinco Teses, com seus princípios fundamentais da justificação pela fé, da salvação pela graça e por Jesus Cristo (GOMES, 2001, p. 75-104). Não será tratada aqui a essência do pensamento de Lutero que atribui a justificação do homem diante de Deus a um ato de fé concedido graciosamente pelo Espírito Santo, sem considerar os méritos ou deméritos humanos. O foco será nas consequências desses ensinamentos para uma ética educacional

com responsabilidade social. Uma vez que a salvação vem pela fé em Jesus Cristo como fruto da graça de Deus:

Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais andastes outrora, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência; entre os quais também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos, por natureza, filhos da ira, como também os demais. Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo, pela graça sois salvos, e, juntamente com ele, nos ressuscitou, e nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus; para mostrar, nos séculos vindouros, a suprema riqueza da sua graça, em bondade para conosco, em Cristo Jesus. Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie. Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas (Efésios 2:1-10).

Em Lutero (GOMES, 2001), é exatamente a justiça de Deus, concedida graciosamente ao homem por meio da fé, que é a base da justificação do homem diante de Deus, pois essa justificação não é um ato gratuito para Deus. Embora Deus conceda a justificação gratuitamente ao homem pecador, que deposita em Cristo sua confiança, essa justiça, ou melhor, a imputação dessa justiça de Deus ao pecador custou para ele a morte e a ressurreição de seu filho. A imputação da justiça de Deus ao homem custou para Deus a vida e a obra de seu filho Jesus.

A justificação pela fé, em Martinho Lutero, é a base bíblica para a solução do problema humano da culpa, pois: “Todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Romanos 3:23). “Não há justo, nenhum se quer” (Romanos 3:10). Por essa causa, o homem já nasce com a propensão para desenvolver o sentimento de culpa e, do ponto de vista da teologia reformada, já nasce culpado. Esse estado o obriga a prestar contas de seus atos pessoais a Deus, a si mesmo e à sociedade,

como está escrito em Romanos 14:12: “Assim, pois, cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus”.

No pensamento luterano, desde seu nascimento, a vida do homem para com Deus só tende a aumentar. O homem jamais conseguirá por si mesmo saldá-la (conforme Efésios 2:9). A fim de solucionar esse problema jurídico, Deus deu seu próprio filho, unigênito, Jesus Cristo, como pagamento da dívida humana (conforme João 3:16, Isaías 53:4-6, II Coríntios 5:21).

Lutero sintetizou esses textos com a exclamação: “Senhor Jesus, eu sou teu pecado e Tu és a minha justiça. O que eu era, Tu te fizestes ser para que eu fosse o que Tu és”. Na realidade, ele estava parafraseando a expressão paulina em II Coríntios 5:21: “Aquele que não conheceu pecado, Ele o fez pecado por nós; para que, Nele, fôssemos feitos justiça de Deus”. Na expressão poética de Gióia Júnior (*ad tempora*), “Aquele que Ele carregou, a cruz negra e mesquinha, ela também não era dEle, era minha” (GOMES, 2001, p. 75-104).

Uma vez que o homem encontrou, na fé em Cristo Jesus, essa salvação em Deus, sua existência não deve ser um repouso hostil à ação, uma negligência à vida ou uma fuga diante do mundo, mas, sim, vida no mundo, alegre, forte e transformadora, conduzida pela certeza da ação da graça de Deus na vida e no mundo, mesmo no mundo profano considerado sem Deus. Aí se tem uma posição totalmente diversa da *caritas* privada e provisória dos cristãos no Mundo Antigo (LUTERO, 1995a, p. 326-364).

A execução da vontade de Deus é agora compreendida como vocação para o cumprimento do dever, na profissão temporal. Essa profissão poderia, então, ser de uma diversidade crescente em decorrência da complicação das relações econômicas. Em Lutero, o trabalho tanto pode ser ligado à Igreja, sacerdócio, pastorado quanto ao campo e mesmo à administração de uma propriedade ou escola. Da mesma forma, o príncipe, o juiz e o operário são considerados por Lutero como trabalhadores de Deus, chamados para servir a Deus no respeito à integridade e à dignidade da pessoa humana.

O trabalho não tinha mais, certamente, o significado de uma santificação quase mágica do mundo, como na vida monástica do início da Idade Média, mas de uma experiência moral e

espiritual numa matéria criada concedida ao homem em virtude dessa experiência (SCHILLING, 1974, p. 180).

Essa concepção luterana de vocação divina para o exercício da atividade secular estendeu-se com força vital para sua cosmovisão da educação protestante. O pensamento educacional de Lutero se encontra grafado em suas prédicas e, essencialmente, na obra *Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs*. Essa exortação aos prefeitos e às câmaras municipais das cidades da Alemanha, para que se dignassem a criar e manter escolas cristãs, foi publicada em Wittenberg, por Lucas Cranach, em janeiro ou fevereiro de 1524. Nessa obra, Lutero preocupa-se com a educação dos jovens e com a formação de cidadãos para bem servir o reino de Deus, identificado por Lutero como a comunidade do povo de Deus, a sociedade protestante. Nota-se também a preocupação de Lutero com uma educação laica, voltada para a formação de cidadãos preparados para bem servir a comunidade (LUTERO, 1992, p. 494-495).

Partindo da ação de Deus, Lutero distingue claramente os papéis divino e humano no aprendizado humano. O que Deus faz é justificar o homem, preparando-o espiritualmente; já o aprendizado humano é temporal, subordinado ao ensino divino. O propósito da educação para Lutero não é apenas de prover uma boa conduta moral ou ética, mas também de dar certeza da condição eterna do plano de Deus.

Lutero estabelece três argumentos para a necessidade da educação cristã: 1. para proteger as crianças das tentações do diabo que quer afastá-las de Deus; 2. se Deus quer que pessoas sejam educadas, não podemos negligenciá-la; 3. a mais importante, é ordem de Deus. Isto Lutero retira do 4º Mandamento (PRUNZER, 2011, p. 2).

A ética de Martinho Lutero fundamenta-se em dois binômios: fé e amor. Essa tese luterana aparece de modo objetivo em seu *Tratado sobre a liberdade do cristão*, publicado em 1520. Lutero (1995a, p. 456) sintetiza essas proposições de Lutero: “O esquema está determinado pela dupla tese paradoxal: O cristão é um senhor libérrimo sobre tudo, a ninguém sujeito. O cristão é um servo oficiosíssimo de tudo, a todos

sujeito”. Esse paradoxo entre a necessidade de liberdade na fé em Cristo e a obrigação da sujeição pelo amor de Cristo será resolvido apenas pela fé e pelo amor; fé entendida, aqui, como a mais alta expressão do conhecimento de Deus e amor, como o respeito à integridade e à dignidade da pessoa humana, no trabalho pelo bem comum, na caminhada de Deus com seu povo. Diz Lutero (1995a, p. 456):

Concluimos, portanto, que a pessoa cristã não vive em si mesma, mas em Cristo e em seu próximo, ou então não é cristã. Vive em Cristo pela fé; no próximo, pelo amor. Pela fé é levada para o alto, acima de si mesma, em Deus; por outro lado, pelo amor desce abaixo de si, até o próximo, assim mesmo permanecendo sempre em Deus e seu amor, como diz Cristo em Jo. 1:51: “Em verdade vos digo, a partir de agora vereis o céu aberto e os anjos de Deus subindo e descendo sobre o Filho do homem”.

Viver em Cristo é ter uma vida dedicada a serviço do próximo, em busca do bem coletivo. A fé abre as janelas do conhecimento e do temor de Deus; já o amor abre as portas do conhecimento e do respeito do próximo. O conhecimento de Deus e do próximo cria no sujeito a necessidade da ética do amor. A ética do amor cristão é a base da ética educacional de Lutero. Ainda comentando o *Tratado sobre a liberdade do cristão*, Beck (1995, p. 300) afirma:

A carta esboça uma ética social teológica, ao caracterizar a educação como obra do amor cristão, que atende as necessidades individuais e coletivas dos seres humanos. Constitui-se em apologia e encômios dos estudos clássicos como o meio tanto para disseminar o Evangelho, como para habilitar as novas gerações a gerir negócios tanto públicos como particulares.

A ética do amor determina a necessidade de uma educação calcada na responsabilidade da sociedade para com a educação das crianças e dos jovens. Lutero não faz distinção entre educação para a igreja e educação para a sociedade secular; por outro lado propõe tanto para a Igreja quanto para a sociedade uma educação para a vida, com responsabilidade social. A educação em Lutero, portanto, é um poderoso instrumento de formação para a cidadania.

Em 1530, Lutero volta à carga com Uma Prédica para que se Mandem os Filhos à Escola. Tomando por base a ética do amor cristão, exorta os pais crentes a reconhecerem a responsabilidade que lhes cabe na situação específica. A Igreja precisa de pastores e mestres; os principados e cidades, de líderes e conselheiros. É preciso, pois, habilitar as novas gerações à liderança e serviço, enviando-as à escola. Aí receberão não apenas o Evangelho, mas a experiência da humanidade em viver neste mundo. Se bem conduzida, a educação facilita aos seres humanos a tarefa de (bem) viver no mundo (BECK, 1995, p. 300).

A aplicação da ética do amor ao próximo à educação teve como consequência natural a percepção que Lutero tem da educação como um precioso bem simbólico. Dessa forma, esse reformador foi o pioneiro do moderno conceito de educação como bem de capital e da educação como precioso capital humano para o desenvolvimento da cidadania com responsabilidade social.

Agora, o progresso de uma cidade não depende apenas do acúmulo de grandes tesouros, da construção de muros de fortificação, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armaduras. Inclusive, onde existem muitas coisas dessa espécie e aparecem alguns tolos enlouquecidos, o prejuízo é tanto pior e maior para a referida cidade. Muito antes, o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando possui muitos homens bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, honestos e bem educados. Estes então também podem acumular, preservar e usar corretamente riquezas e todo tipo de bens (LUTERO, 1995b, p. 309).

Lutero não era maniqueísta², embora, como todo medieval, conceba o universo como um edifício de três andares:

² Seita religiosa divergente do cristianismo, fundada por Mani (Manes), persa (215-275 d.C.), considerado por seus seguidores divinamente inspirado. Os maniqueístas, à semelhança dos gnósticos, eram dualistas: acreditavam que havia uma eterna luta entre o deus do bem e o deus do mal, os quais representavam princípios opostos e irreduzíveis associados à luz (Ormuz) e às trevas (Ahrimán). Deus é o criador de todo o bem, e Satanás, o criador de todo o mal. Posteriormente, alguns maniqueístas aplicaram sua lógica à concepção de Deus, do Antigo e do Novo Testamento. O Deus do Antigo Testamento seria um Deus mal, e o do Novo Testamento, um Deus bom. O maniqueísmo acredita que o espírito do homem é divino e, por isso mesmo, bom e que seu corpo é maligno e, por essa razão, mau. Essa forma de conceber o cristianismo influenciou profundamente as formas populares de cristianismo, sejam católicas ou protestantes, com repercussões até dos dias presentes.

o céu, acima; a terra, no meio; e o inferno, abaixo. Sua concepção de mundo divide-o em dois reinos, o espiritual e o secular, segundo a tese agostiniana apresentada na obra *A cidade de Deus* (LUTERO, 1995a, p. 326-364).

O reino espiritual, nessa visão, é o repositório da graça especial de Deus. E o mundo secular, embora em constante rebelião contra Deus, no pensamento de Agostinho, é portador da graça comum, e o homem continua profundamente marcado pela *Imago Dei*, esteja ele na comunidade do povo de Deus, como regenerado e santo, esteja na comunidade dos homens, apenas como criatura divina. O mundo é o palco privilegiado da atuação de Deus.

Neste espaço não há necessidade de dizer que o regime secular é uma instituição divina e um estado divino. Sobre isso disse tanto em outra ocasião, que espero que ninguém tenha dúvidas a respeito. Aqui temos que ver como se podem conseguir para ele pessoas qualificadas e aptas. E neste ponto os gentios nos desafiam e envergonham grandemente, em especial os gregos e os romanos (LUTERO, 1995b, p. 318).

Lutero insistiu com as autoridades públicas no sentido de se criarem escolas com vistas à educação secular e eclesiástica. Na *Carta aos conselhos de todas as cidades da Alemanha* para criarem e manterem escolas cristãs, de 1524, Lutero (1995b), nesse documento, trata do descaso para com as escolas, o esvaziamento das universidades, a necessidade do estudo do alemão e de outros idiomas, a utilização de melhores métodos na educação, a criação de boas bibliotecas; além disso, propõe que o cidadão se esforce para assumir sua responsabilidade social no sustento e manutenção das escolas para os excluídos e empobrecidos da comunidade:

Também cada cidadão deveria pensar o seguinte: Até agora dependeu inutilmente tanto dinheiro e bens com indulgências, missas, vigílias, doações, espólios testamentários, missas anuais pelo falecimento, ordens mendicantes, fraternidades, peregrinações e toda a confusão de outras tantas práticas deste tipo; estando agora livre dessa ladroeira e doações para o futu-

ro, pela graça de Deus, doravante doe, por agradecimento e para a glória de Deus, parte disso para a escola, para educar as pobres crianças, onde está empregado tão bem (LUTERO, 1995b, p. 305).

A ênfase dada por Lutero à educação é decorrente da sua visão teológica, segundo a qual a ignorância espiritual, por analogia, é entendida como ignorância intelectual. Lutero ensinava que a responsabilidade pela educação das crianças cabia aos pais e que essa responsabilidade dos pais havia sido dada por Deus. Os pais tornavam-se responsáveis diante de Deus pela educação de seus filhos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teologia bíblica de Lutero transformou a fé em Deus em uma chave para o conhecimento humano e o amor ao próximo, em um instrumento de serviço em favor do bem comum na coletividade. Sua filosofia educacional segue essa ética. Lutero é um idealista, pois considera a educação uma ferramenta de transformação social que deve envolver toda a comunidade: família, igreja e Estado. O propósito da educação é transformar a criança e o jovem em cidadãos do reino de Deus, no mundo.

Quando Lutero responsabiliza os pais pela educação dos filhos, reafirma, no cristianismo protestante, a tradição milenar do judaísmo, conforme Deuteronômio 6. Por outro lado, Lutero não isentou dessa responsabilidade os demais segmentos da sociedade. Na realidade, ele tentou resolver o problema pela base, responsabilizando toda a sociedade pela educação da comunidade.

Lutero não fazia distinção entre ensino teológico para a Igreja e ensino secular para a sociedade civil. Tanto um quanto outro eram considerados manifestações da graça de Deus para o crescimento e enriquecimento da humanidade. O conhecimento emanava da fé, à semelhança de Santo Agostinho, para uma vida de amor dedicado ao bem comum, na comunidade do povo de Deus que caminha com Deus.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. *História de la pedagogia*. 9. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- ALVES, R. *Dogmática e tolerância*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- ANDERSON, W. K. et al. *Espírito e mensagem do protestantismo*. Tradução Nicodemus Nunes. São Paulo: Publicação da Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista do Brasil, 1953.
- BECK, N. L. J. Lutero como reformador religioso da educação, introdução ao assunto. In: LUTERO, M. *Obras selecionadas*. Ética e fundamentos: oração – sexualidade – educação – economia. Tradução Walter Schlupp, Ilson Kayser e Walter Altmann. São Leopoldo, Porto Alegre: Sinodal/ Concórdia, 1995. v. 5.
- BIÉLER, A. *O pensamento econômico e social de Calvino*. Tradução Waldir Carvalho Luz. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.
- BRENTANO, F. *Martinho Lutero*. Tradução Eloy Pontes. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi, 1968. (Coleção Vidas Extraordinárias).
- CAIRNS, E. E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1984.
- CAMPOS, L. S. *A identidade da educação religiosa cristã*. Curitiba: Celadec, 1991. Cadernos de Estudos, n. 26.
- CAVALCANTI, R. *Cristianismo e política*. Niterói: Vinde, 1988.
- D'AUBIGNÉ, J. H. M. *História da reforma do XVI Século*. Tradução J. Carvalho. São Paulo, SP: Casa Editora Presbiteriana, [1959?]. v. 1-6.
- GEORGE, T. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994.

GILES, T. R. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

GOMES, A. M. de A. *Religião, educação e progresso. A contribuição do Mackenzie College para a formação do empresariado industrial de São Paulo entre 1870-1914*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

_____. O problema da culpa e a graça da justificação. *Fides Reformata, et Semper Reformanda Est*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 75-104, 2001.

_____. *Um retrato da psicologia comunitária: a psicologia nas organizações não governamentais no município do Rio de Janeiro*. 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)–Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1995.

LARROYO, F. *História geral da pedagogia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

LEORNARD, É. G. *Protestantismo brasileiro*. Estudos de eclesiologia e história social. Tradução Linneu de Camargo Schützer. São Paulo: ASTE, 1981.

LESSA, V. da C. T. *Da liberdade do cristão*. São Paulo: UNESP, 1992.

LUTERO, M. Uma prédica para que se mandem os filhos à escola (1530). In: _____. *Obras selecionadas*. Ética: fundamentos: Oração – Sexualidade – Educação – Economia. Tradução Walter Scrupp, Ilson Kayser e Walter Altmann. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1995a. v. 5.

_____. Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs (1523). In: _____. *Obras selecionadas*. Ética: fundamentos: Oração – Sexualidade – Educação – Economia. Tradução Walter Scrupp, Ilson Kayser e Walter Altmann. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1995b. v. 5.

LUZURIAGA, L. *História da educação e da pedagogia*. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

McGRATH, A. E. *The intellectual origins of the European reformation*. Cambridge: Blackwell, 1993.

PRUNZER, C. J. *Reação à palestra “O Pensamento Educacional de Lutero e a Prática Pedagógica no Contexto de sua Época”*. Disponível em: <www.seminarioconcordia.com.br/prunzel.htm>. Acesso em: 14 jan. 2011.

SCHILLING, K. *Histórias das ideias sociais, indivíduo, comunidade, sociedade*. Tradução Fausto Guimarães. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.